



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 74, DE 2018

(nº 389/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 389

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Os méritos da Senhora Glivânia Maria de Oliveira que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de julho de 2018.

Brasília, 28 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, ministra de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 356 - C. Civil.

Em 11 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**

CPF.: 270.547.481-15

ID.: 9067 MRE

1962 Filha de João Teófilo de Oliveira e Zilda Lara de Oliveira, nasce em 19 de janeiro, em Monte Carmelo/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF

1985 CPCD - IRBr

1992 Mestrado em Teoria Política pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido

1996 CAD - IRBr

2007 CAE - IRBr, A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU.

Cargos:

1986 Terceira-secretária

1991 Segunda-secretária

1999 Primeira-secretária, por merecimento

2003 Conselheira, por merecimento

2007 Ministra de segunda classe, por merecimento

2013 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

1987-1990 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assistente

1988 Embaixada em Bissau, Encarregada de Negócios em missão transitória

1990-1993 Licença Extraordinária

1993-1996 Embaixada em Varsóvia, segunda-secretária

1996-2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, assistente e assessora

1999-2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, chefe, substituta

2000-2001 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente

2001-2004 Embaixada em Londres, primeira-secretária

2004-2008 Divisão das Nações Unidas, chefe

2008-2010 Embaixada em Assunção, ministra-conselheira

2010-2011 Secretaria-Geral, chefe de Gabinete

2011-2013 Diretora do Departamento de Organismos Internacionais

2013-2014 Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores

2015 Consulado-Geral do Brasil em Boston, cônsul-geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

2013 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe
Departamento da América Central, do México e do Caribe
Divisão do México e da América Central

PANAMÁ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Panamá
GENTÍLICO	Panamenho
CAPITAL	Cidade do Panamá
ÁREA	74.340 km²
POPULAÇÃO (2017, FMI)	4,2 milhões
IDIOMAS	Espanhol; inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (85%); protestantes (15%);
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral: Assembleia Nacional (<i>Asamblea Nacional de Panamá</i>) com 71 assentos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Carlos Varela (desde julho de 2014)
VICE-PRESIDENTE E MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Isabel Saint Malo de Alvarado (desde julho de 2014)
PIB NOMINAL (2017, FMI est.)	US\$ 56,02 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2017, FMI est.)	US\$ 13.441,00
PIB PPP (2017, FMI EST.)	US\$ 95,87 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2017, FMI est.)	US\$ 23.002
CRESCIMENTO DO PIB (FMI)	5,4% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015); 6,2% (2014); 8,4% (2013); 10,8% (2012);
IDH (PNUD, 2017)	0,780 (60ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015)	77,6 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2015)	94,1 %
DESEMPREGO (FMI, 2017 est.)	4.5%
UNIDADE MONETÁRIA	Balboa (US\$ 1 = 1 \$B, paridade por lei)
EMBAIXADOR NO PANAMÁ	Flavio Helmold Macieira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Edwin Emilio Vergara Cárdenas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Estimada em 2000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
Brasil-Panamá	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	416,3	220,6	382,0	439,2	413,4	4.434,7	371,3	313,5	317,1	643,0
Exportações (FOB)	391,3	210,2	367,2	418,7	397,4	4.423,1	361,9	304,7	308,6	633,0
Importações (FOB)	25,0	10,4	14,8	20,5	16,0	11,6	9,4	8,8	8,5	10,0
Saldo	366,3	199,8	352,4	398,2	381,4	4.411,5	352,5	295,9	300,1	623,0

Informação elaborada em 05/04/2018 pelo SS Antonio Bidart e revisada pelo Cons. Marcio Rebouças e pelo SS Daniel Ferreira Magrini.

APRESENTAÇÃO

A República do Panamá ocupa o extremo sul do istmo da América Central, conectando as duas massas continentais da América. Essa característica geográfica molda a estrutura econômica do país, que tem como base as receitas do Canal do Panamá e o rápido desenvolvimento do aeroporto de Tocumen como *hub* de conexões para voos regionais. O país tem se destacado pelo rápido crescimento econômico, baseado em modelo de economia aberta com crescentes fluxos internacionais, ao lado de significativo investimento em infraestrutura, entre os quais se destaca a inauguração do novo conjunto de eclusas do canal.

PERFIL BIOGRÁFICO

Juan Carlos Varela – Presidente



Juan Carlos Varela nasceu na Cidade do Panamá e estudou no *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos, onde recebeu o título de bacharel em Engenharia Industrial, em 1985. No setor privado, exerceu a vice-presidência da empresa *Varela Hermanos*, de propriedade de sua família, entre 1985 e 2008. Iniciou a vida política na década de 1970 e participou de diversas campanhas presidenciais. Em 2004, liderou o movimento renovador no *Partido Panameñista*, que preside desde 2006. Foi vice-presidente do governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), tendo também exercido o cargo de ministro das Relações Exteriores de julho de 2009 a agosto de 2011. Venceu as eleições

presidenciais de maio de 2014 e assumiu a presidência do Panamá em julho do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil realizou, ainda em 1903, gestões junto à Argentina e ao Chile para o reconhecimento imediato da independência panamenha. Em 1907, o primeiro representante diplomático brasileiro junto ao governo do Panamá, Antonio da Fontoura Xavier, entregou suas credenciais. No ano seguinte, o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro foi nomeado.

O presidente Fernando Henrique Cardoso realizou a primeira visita presidencial brasileira ao Panamá, em 2002, em reciprocidade à visita oficial da presidente Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, ocasião em que foram assinados memorandos de entendimento sobre temas financeiros e acordos de cooperação científica, penal e diplomática. Em 2000, ambos os presidentes se encontraram por ocasião da Cúpula Ibero-Americana, realizada na cidade do Panamá.

O presidente Martin Torrijos veio ao Brasil duas vezes em 2004 e uma vez em 2007, quando foram assinados acordos sobre serviços aéreos e cooperação turística, além de memorandos sobre cooperação cultural, esportiva e científica.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva visitou a Cidade do Panamá, ainda em 2007, ocasião em que se firmaram três tratados sobre matéria penal. O presidente Torrijos veio mais uma vez ao Brasil, em 2008, para a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Em 2009, Ricardo Martinelli, ainda na condição de presidente eleito, encontrou-se com o então presidente Lula em Brasília. Finalmente, em 2015, o Panamá sediou a VII Cúpula das Américas, com a presença da presidente Dilma Rousseff.

Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.

A importância que o Panamá adquiriu como economia dinâmica e base logística de comércio e serviços justifica o empenho do Brasil na consolidação dos laços entre os dois países.

O presidente Juan Carlos Varela definiu a área social como prioridade de seu governo e vem implementando diversos programas nessa área. Juan Carlos Varela defende uma "democracia funcional", com plena e efetiva garantia dos

direitos dos cidadãos. O Brasil tem experiência no combate à pobreza, e há espaço para o estabelecimento de cooperação e diálogo com o Panamá em áreas sociais.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1º de março de 1983. A última reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica foi realizada em dezembro de 2010.

Em razão do quadro de restrições orçamentárias da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a partir do ano 2011, o programa de cooperação com o Panamá teve significativa redução em sua execução.

No início de 2017, a Embaixada do Brasil manifestou interesse na reativação do programa. A ABC respondeu favoravelmente à solicitação e aguarda a oficialização das áreas de interesse dos projetos para início das tratativas com as instituições brasileiras.

Classificação do Panamá como “País de Tributação Favorecida”

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil (RFB). O tema é objeto de gestões do governo panamenho, que pleiteia a exclusão do país. De acordo com a RFB, em informação transmitida ao lado panamenho em dezembro de 2017, o Panamá deve assinar um Acordo de Autoridade Competente (CAA) e rever suas alíquotas de tributação para que o Brasil possa retirá-lo da lista de países com tributação favorecida.

O Panamá participa do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias (FG) do G20/OCDE, em cujo âmbito manifestou compromisso com a melhoria do seu sistema tributário e com a implementação, até 2018, de mecanismos para troca automática de informações tributárias com outros países.

Em fevereiro de 2018, o governo panamenho emitiu lista de 20 países que praticariam "discriminação" contra interesses econômico-financeiros panamenhos, por definirem o país como paraíso fiscal. O Brasil está incluído na lista, ao lado de Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Peru, Uruguai, Venezuela, Croácia, Eslovênia, Estônia, França, Grécia, Lituânia, Polônia, Portugal, Cameroun, Geórgia, Rússia e Sérvia. Após divulgar essa lista, o

governo panamenho procederá a negociações diplomáticas com os países citados. Em caso de insucesso nas negociações, o Panamá indicou que estudará a adoção de medidas retaliatórias contra interesses fiscais daqueles países.

Assuntos Consulares

A embaixada do Brasil na Cidade do Panamá é a responsável pelos serviços consulares brasileiros no país. A comunidade brasileira no Panamá é estimada em cerca de 2000 cidadãos, divididos em três grupos principais: mulheres brasileiras casadas com panamenhos que estudaram no Brasil; executivos de empresas brasileiras ou de empresas multinacionais com operações no Panamá; e profissionais que chegam ao Panamá em busca de emprego.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há operações vigentes de financiamento brasileiros no Panamá.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma república presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder. A imprensa é livre, e as organizações sociais manifestam-se com vigor.

O Panamá realizou as últimas eleições gerais em maio de 2014. Para o cargo de presidente da República, foi eleito Juan Carlos Varela, do Partido Panameñista. Também foram renovados os 71 assentos da Assembleia Nacional, escolhidos 77 prefeitos e eleitos 20 deputados ao Parlamento Centro-Americano.

As eleições consagraram a divisão política do país em três blocos, correspondentes aos três grandes partidos políticos. A divisão também se refletiu no compartilhamento do poder: o Partido Panameñista obteve a presidência e a prefeitura da capital; o Partido Revolucionário Democrático (PRD) conquistou a maioria dos cargos executivos municipais; e o Câmbio Democrático (CD), partido do ex-presidente Ricardo Martinelli, manteve maioria na Assembleia .

Juan Carlos Varela venceu as eleições com 39% dos votos contra 32% do candidato do governo, José Domingo Arias, e 27,5% de Juan Carlos Navarro, do PRD. Embora tenha sido vice-presidente e chanceler (durante a primeira metade do mandato) de Martinelli, Juan Carlos Varela rompeu com o presidente e

transformou-se em seu principal opositor.

O presidente Varela tem enfatizado a importância da institucionalidade e da transparência e do combate à corrupção como diretrizes de seu governo. Nesse sentido, propôs uma reforma constitucional, que tem sido adiada em vista das dificuldades de obter apoio na Assembleia Nacional.

Varela tem manifestado preocupação com a área social, promovendo eventos para divulgar ações de caráter social no âmbito dos Objetivos do Milênio e do Desenvolvimento Sustentável, como o programa "Biocomunidade", de atenção multisetorial a comunidades carentes. Além disso, o governo tem investido na infraestrutura e base logística do país, com projetos como a reurbanização de Colón e a expansão do metrô.

Em 5 de maio de 2019 serão realizadas eleições gerais, com mandatos que cobrirão o período 2019-2024 (5 anos). O presidente Juan Carlos Varela tenciona promover série de inaugurações de obras que deverão incluir dois grandes projetos a cargo da construtora Odebrecht: o terminal dois do aeroporto de Tocumen e a linha 2 do Metropolitano da capital.

Processo Judicial contra o ex-Presidente Ricardo Martinelli

Em votação unânime, durante sessão extraordinária realizada em janeiro de 2015, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) acatou pedido de abertura de processo judicial contra o ex-presidente Ricardo Martinelli, com base em acusações de crimes contra a administração pública relacionados ao Fundo de Investimento Social, atual Programa de Ajuda Nacional (PAN).

A defesa do ex-presidente apresentou recurso ao TSJ sustentando que somente o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), do qual Martinelli é membro, poderia suspender o foro privilegiado de que goza o ex-presidente. Ricardo Martinelli declarou-se vítima de perseguição política por parte do governo panamenho e partiu para os EUA. Martinelli foi preso em Miami em junho de 2017, tendo sido extraditado de volta ao Panamá em junho de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia panamenha tem empreendido esforços para alçar o país à condição de centro regional de diplomacia multilateral, favorecendo a instalação, no país, de escritórios de agências do sistema ONU e de organismos latino-americanos. Nesse contexto, o Panamá sediou diversos eventos regionais,

como a Cúpula Ibero-Americana, em 2013, o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em 2014, e a VII Cúpula das Américas, em 2015. Em 2019, organizará a Jornada Mundial da Juventude.

O país também ambiciona consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região. O Panamá também concluiu, em 2012, processo de adesão à ALADI, convertendo-se no 13º país-membro da Associação. A adesão à Aliança para o Pacífico tem sido promovida como um dos principais objetivos de política externa do país.

O Panamá considera a OEA um fórum político primordial da região, no qual os temas de interesse comum devem ser debatidos independentemente de sua discussão em outros agrupamentos regionais.

A exemplo do restante da América Central, a agenda bilateral panamenha com os EUA também contempla temas de segurança e de combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro. A expansão do Canal do Panamá representa elemento de interesse comum.

Em Junho de 2012, o Panamá assinou o Acordo de Associação União Europeia (UE)-América Central. O acordo prevê diálogo político, cooperação e a formação de uma área de livre comércio. A UE representa um dos principais mercados de destino das exportações panamenhas.

O país também possui acordos de livre comércio em vigor com o Chile e, desde maio de 2012, com o Peru. Em 2015, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio (TLC) com o México, que deverá possibilitar a participação do Panamá na Aliança do Pacífico.

Estabelecimento de Relações Bilaterais com a China

O principal evento recente de política externa no Panamá foi o reconhecimento da China continental em julho de 2017, com o consequente rompimento de relações com Taiwan. Em novembro de 2017, Juan Carlos Varela inaugurou a embaixada do Panamá em Pequim. Varela reafirmou o respeito panamenho à política de uma só China. Foram assinados cerca de 20 instrumentos, além do anúncio de estudo conjunto de viabilidade de acordo de livre comércio. Anunciou-se o estabelecimento de linha aérea regular entre Pequim e o Panamá. Um dos acordos prevê a instalação de sede regional do Banco de Desenvolvimento da China no Panamá para financiamento de projetos de infraestrutura. Um novo consulado em Xangai poderá registrar navios sob

bandeira panamenha.

Relações com a Venezuela

À medida que se aprofunda a crise venezuelana, nota-se evolução na perspectiva panamenha relativa ao tema, anteriormente mais inclinada à manutenção de relacionamento cordial com o regime de Maduro. Em março de 2018, o presidente Varela demonstrou preocupação com o influxo de migrantes daquele país. Estimou que seu país hospeda cerca de 100 mil venezuelanos e alertou para a possibilidade de desastre humanitário. No mês seguinte, o Panamá decretou "sanções" contra 55 pessoas físicas e 16 pessoas jurídicas venezuelanas – decisão que lhe angariou medidas retaliatórias de Caracas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. No quinquênio 2011-2016, cresceu em média 8,4% anuais, registrando índices superiores a 10% em 2011 e 2012 (FMI).

Em 2017, a economia do Panamá cresceu 5,4% e deverá se expandir 5,6% em 2018. As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram: o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil e o investimento público.

Embora a economia panamenha se mantenha como a de maior crescimento na região, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais. O exercício de 2017 foi o quarto ano consecutivo com aumento marginal do desemprego (6%); ao passo que nos primeiros três anos e meio da administração de Varela, a dívida do setor público não-financeiro (SPNF) aumentou em US\$ 5.827 bilhões. Cifras do ministério de Economia e Finanças indicam que, em 2015, a dívida pública alcançava US\$ 10.289 bilhões.

O crescimento panamenho tem sido impulsionado por investimentos governamentais em infraestrutura. Entre os novos projetos, destacam-se: o terminal 2 do aeroporto de Tocumen; as linhas 2 e 3 do metrô; a recuperação física da cidade portuária de Colón; a ampliação da Carretera Panamericana; a Quarta Ponte sobre o Canal; a linha de transmissão elétrica Colômbia-Panamá e o porto de Corozal. Recentemente, foi concluída a ampliação do Canal do

Panamá.

Os investimentos governamentais visam à transformação do Panamá em polo de comércio, serviços, negócios e ecoturismo. O presidente Varela tem reafirmado, nesse contexto, a vocação panamenha de centro mundial de transportes e logística. As zonas francas de Colón e Panamá Pacífico têm fundamental importância nessa estratégia, pois oferecem incentivos logísticos, fiscais, burocráticos, jurídicos, migratórios e trabalhistas.

Em seu relatório de revisão, o FMI avaliou positivamente o desempenho macroeconômico e o crescimento do Panamá, mas alertou para a vulnerabilidade do país a choques externos e enfatizou a importância da adoção de medidas de fortalecimento fiscal, em equilíbrio com esforços de estabilidade financeira e crescimento sustentável e inclusivo.

Ainda no que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do canal e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento - com forte contraste entre a evolução da renda e da produção - age para prevenir, matizar ou, mesmo, mascarar situações de crise nos setores econômicos desconectados diretamente das atividades do Canal de Panamá.

Comércio Bilateral

Em 2017, o comércio entre Brasil e Panamá totalizou US\$ 643,0 milhões, resultado 102,8% superior ao registrado em 2016 (US\$ 317,1 milhões). As exportações brasileiras somaram US\$ 633,0 milhões, o que equivale a 98,4% do total da corrente de comércio. Em 2016, as exportações atingiram US\$ 308,6 milhões.

As importações brasileiras totalizaram US\$ 10,0 milhões em 2017, cifra 17,6% superior à registrada em 2016 (US\$ 8,5 milhões). A balança bilateral é marcadamente favorável ao Brasil, com superávit de US\$ 623,0 milhões em 2017.

As exportações brasileiras para o Panamá são compostas principalmente por produtos manufaturados, também responsáveis pela maior parte das importações oriundas do Panamá em 2015. As principais exportações brasileiras são petróleo, máquinas e equipamentos, sementes, combustíveis e lubrificantes para aeronaves e chapas de alumínio. As principais importações são resíduos de alumínio, peixes congelados, memórias digitais e equipamentos eletrônicos.

Investimentos Bilaterais

Diversos indicadores internacionais posicionam o Panamá como um dos melhores países na América Latina para a realização de negócios e investimentos. Os fatores atrativos para investimentos no Panamá relacionam-se à sua posição geográfica, à boa conectividade, ao elevado grau de abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica, bem como à existência de centro financeiro internacional.

Empresas brasileiras mantêm participação ativa na modernização da infraestrutura do país. Entre elas, destacam-se Cugnier, Eletrobras, Galores, Ibope, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e a Odebrecht. Essa última mantém grande carteira de obras no país e, em 2017, assinou acordo de leniência com o Ministério Público panamenho, em agosto de 2017, pelo qual se compromete a pagar US\$ 220 milhões, após a admissão de pagamentos irregulares a altos funcionários da administração pública do Panamá. A empresa devolveu a concessão da hidrelétrica de Chan II e deverá abster-se de disputar novas obras no país centroamericano no futuro próximo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

1501	Descoberta do território, que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila (“Pedrarias”).
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o governador da

	Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para reprimir as manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo general Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração do Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O general Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do general Omar Torrijos, é eleito presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo governo brasileiro
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, presidente da República.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.

1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.
1956	Participação do presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do centenário da independência do Panamá. O senador Eduardo Suplicy representou o presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à presidência, ao Brasil.
2004	Posse do presidente Martín Torrijos. O vice-presidente José Alencar representou o presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como presidente eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo EMBRAER-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.
2006	Visita do ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Visita do presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão do IPHAN ao Panamá. Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo senador Heráclito Fortes. Visita do presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de presidente eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o presidente Lula da Silva. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, representou o presidente da República na cerimônia de posse de Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.

2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da União Interparlamentar.
2012	Visita do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	Juan Carlos Varela é eleito presidente em maio. O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A vice-ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da presidente Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da presidente Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá. Em dezembro, representantes dos Ministérios Públicos dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.

ATOS BILATERAIS

Título	Assinatura	Vigência	Publicação no DOU
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a	10/08/2007	Em Vigor	20/05/2010

República do Panamá			
Acordo de Cooperação na Área do Turismo	25/05/2007	Em Vigor	31/03/2009
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	26/10/2009
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	23/10/2001
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	14/07/2000
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	09/06/2000
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	03/12/1982
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	13/09/1946

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais indicadores socioeconômicos do Panamá

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	8,37%	6,19%	6,01%	6,30%	6,60%
PIB nominal (US\$ bilhões)	40,39	43,78	47,47	51,53	56,03
PIB nominal "per capita" (US\$)	10.489	11.146	11.850	12.609	13.441
PIB PPP (US\$ bilhões)	71,12	76,77	82,18	88,40	95,88
PIB PPP "per capita" (US\$)	18.470	19.546	20.512	21.632	23.002
População (milhões de habitantes)	3,85	3,93	4,01	4,09	4,17
Desemprego (%)	4,10%	4,82%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,74%	1,01%	3,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-12,18%	-12,01%	-9,79%	-9,61%	-8,12%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,47	18,38	20,02	21,74	23,27
Câmbio (B / US\$) ⁽²⁾	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

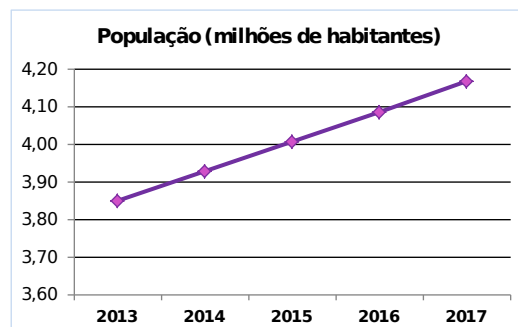
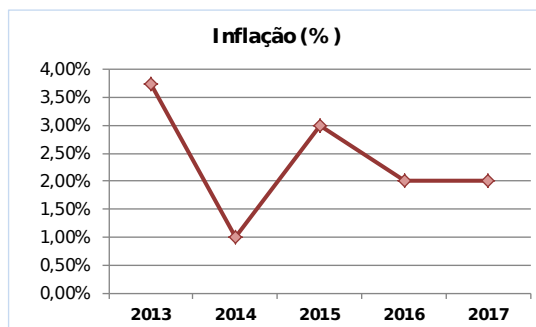
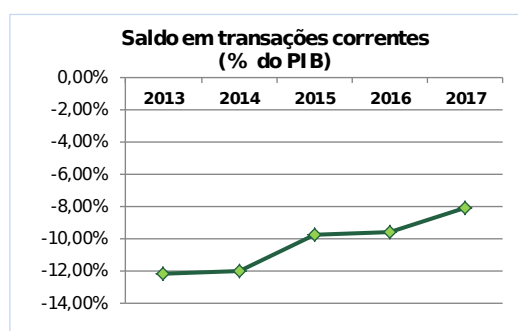
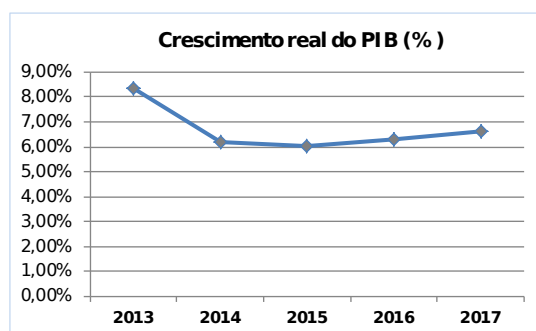
Origem do PIB (2015 Estimativa)

Agricultura	3,0%
Indústria	20,0%
Serviços	77,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.

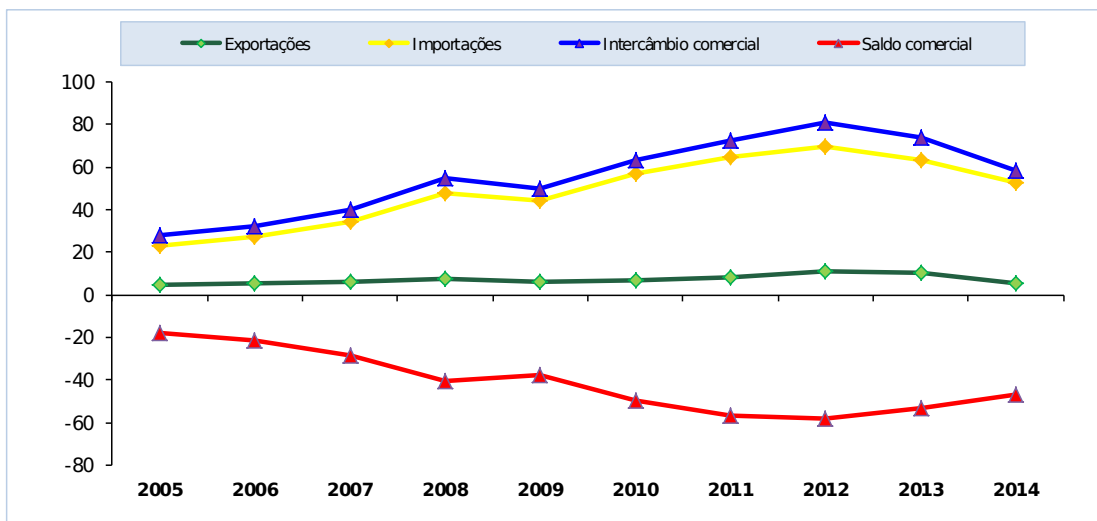
(2) Média de fim de período.



Evolução do comércio exterior do Panamá
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	4,81	39,1%	23,05	18,6%	27,86	21,7%	-18,24
2006	5,48	14,0%	27,05	17,4%	32,53	16,8%	-21,57
2007	5,83	6,4%	34,01	25,7%	39,84	22,5%	-28,18
2008	7,38	26,6%	47,67	40,2%	55,05	38,2%	-40,29
2009	6,28	-15,0%	43,87	-8,0%	50,15	-8,9%	-37,60
2010	6,75	7,5%	56,58	29,0%	63,32	26,3%	-49,83
2011	8,11	20,2%	64,59	14,2%	72,70	14,8%	-56,48
2012	11,17	37,7%	69,67	7,9%	80,84	11,2%	-58,50
2013	10,33	-7,6%	63,60	-8,7%	73,92	-8,6%	-53,27
2014	5,70	-44,8%	52,84	-16,9%	58,54	-20,8%	-47,14
Var. % 2005-2014	18,5%	--	129,3%	--	110,2%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.
O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



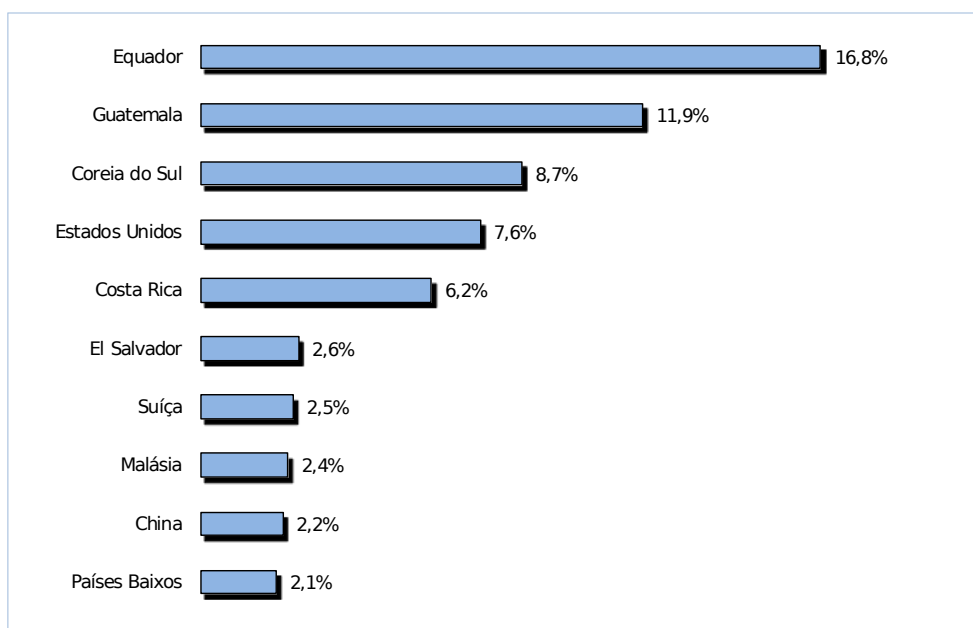
Direção das exportações do Panamá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Equador	0,96	16,8%
Guatemala	0,68	11,9%
Coreia do Sul	0,50	8,7%
Estados Unidos	0,43	7,6%
Costa Rica	0,36	6,2%
El Salvador	0,15	2,6%
Suíça	0,143	2,5%
Malásia	0,135	2,4%
China	0,13	2,2%
Países Baixos	0,12	2,1%
...		
Brasil (55ª posição)	0,01	0,2%
Subtotal	3,60	63,1%
Outros países	2,10	36,9%
Total	5,70	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



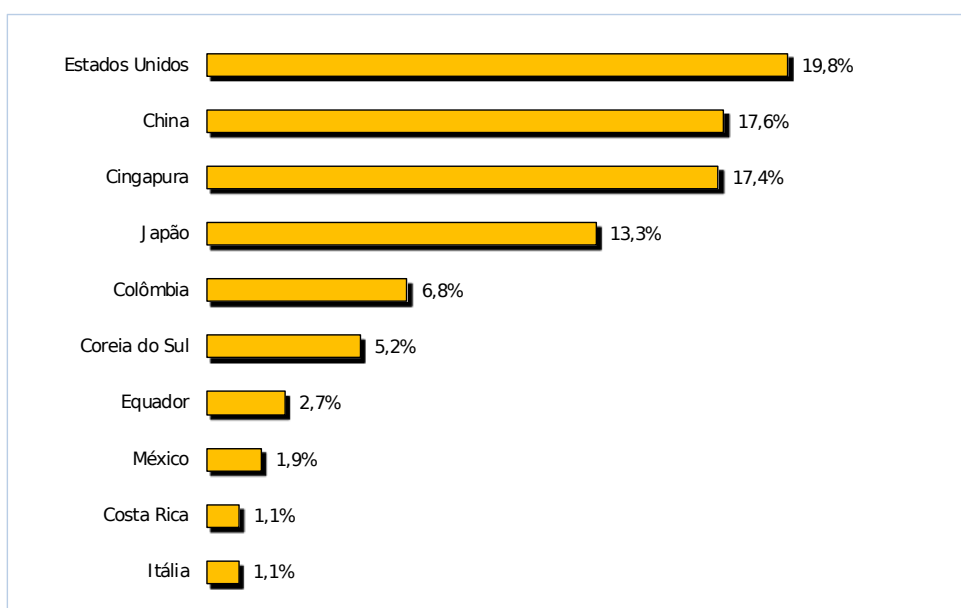
Origem das importações do Panamá
US\$ bilhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	10,46	19,8%
China	9,31	17,6%
Cingapura	9,21	17,4%
Japão	7,01	13,3%
Colômbia	3,62	6,8%
Coreia do Sul	2,77	5,2%
Equador	1,41	2,7%
México	0,99	1,9%
Costa Rica	0,59	1,1%
Itália	0,58	1,1%
...		
Brasil (14ª posição)	0,40	0,7%
Subtotal	46,34	87,7%
Outros países	6,50	12,3%
Total	52,84	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



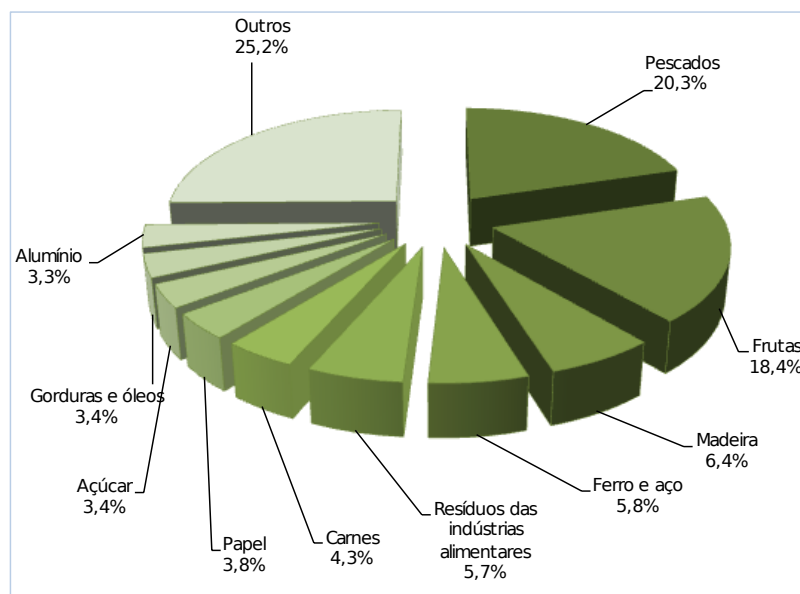
Composição das exportações do Panamá Em %

Grupos de Produtos	Part.% no total
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
Subtotal	74,8%
Outros	25,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



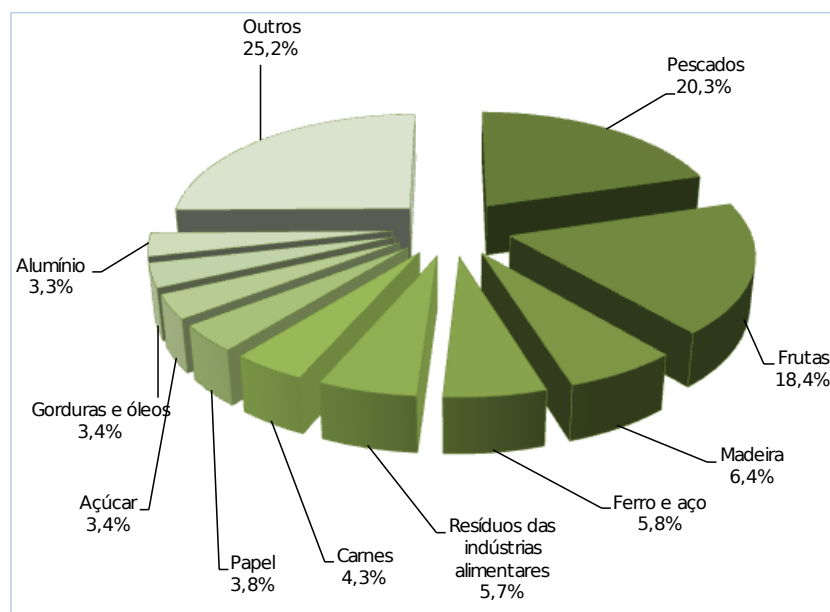
Composição das exportações do Panamá Em %

Grupos de Produtos	Part.% no total
Pescados	20,3%
Frutas	18,4%
Madeira	6,4%
Ferro e aço	5,8%
Resíduos das indústrias alimentares	5,7%
Carnes	4,3%
Papel	3,8%
Açúcar	3,4%
Gorduras e óleos	3,4%
Alumínio	3,3%
Subtotal	74,8%
Outros	25,2%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



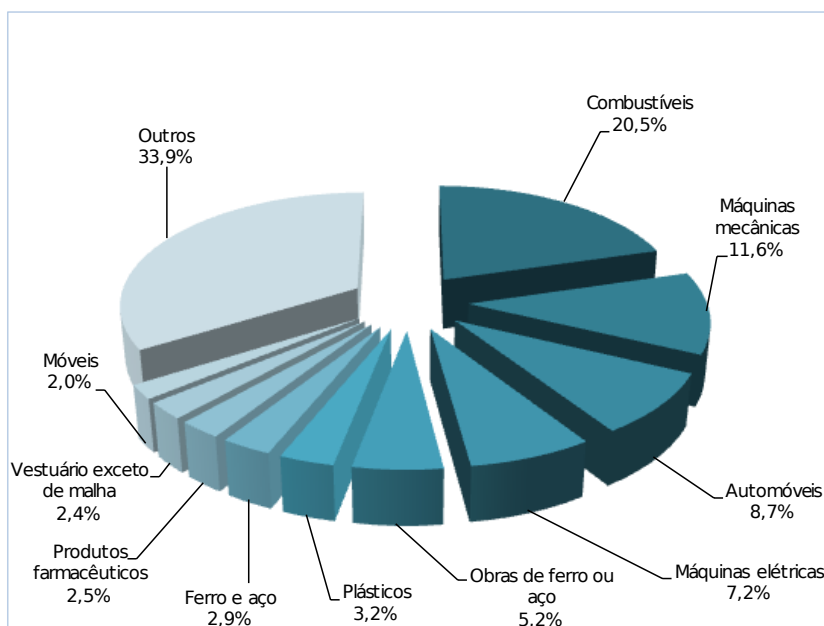
Composição das importações do Panamá Em %

Grupos de produtos	Part.% no total
Combustíveis	20,5%
Máquinas mecânicas	11,6%
Automóveis	8,7%
Máquinas elétricas	7,2%
Obras de ferro ou aço	5,2%
Plásticos	3,2%
Ferro e aço	2,9%
Produtos farmacêuticos	2,5%
Vestuário exceto de malha	2,4%
Móveis	2,0%
Subtotal	66,1%
Outros	33,9%
Total	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

O Panamá não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



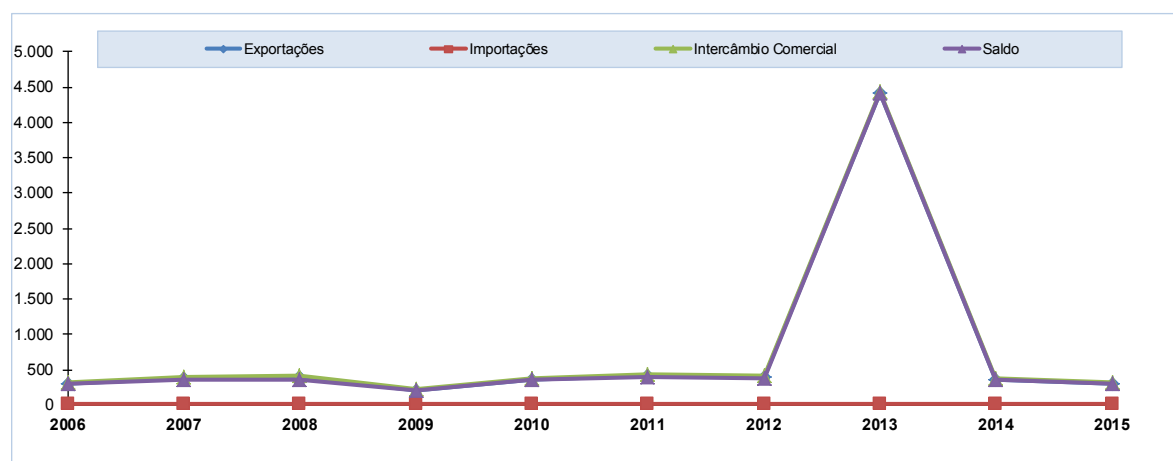
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Panamá
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	306	9,9%	0,22%	12,84	-5,5%	0,01%	319	9,2%	0,14%	293
2007	383	25,1%	0,24%	16,84	31,2%	0,01%	400	25,3%	0,14%	366
2008	391	2,2%	0,20%	25,03	48,6%	0,01%	416	4,1%	0,12%	366
2009	210	-46,3%	0,14%	10,44	-58,3%	0,01%	221	-47,0%	0,08%	200
2010	367	74,7%	0,18%	14,86	42,4%	0,01%	382	73,2%	0,10%	352
2011	419	14,0%	0,16%	20,48	37,9%	0,01%	439	14,9%	0,09%	398
2012	397	-5,1%	0,16%	15,98	-21,9%	0,01%	413	-5,9%	0,09%	381
2013	4.423	(+)	1,83%	11,55	-27,7%	0,00%	4.435	972,8%	0,92%	4.412
2014	362	-91,8%	0,16%	9,40	-18,6%	0,00%	371	-91,6%	0,08%	353
2015	305	-15,8%	0,16%	8,75	-6,9%	0,01%	313	-15,6%	0,09%	296
2016 (janeiro)	16,40	-2,4%	0,15%	0,39	-74,3%	0,00%	16,80	-8,4%	0,08%	16,01
Var. % 2006-2015	-0,4%	--	--	-31,8%	--	--	-1,7%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

(+) Variação superior a 1.000%.

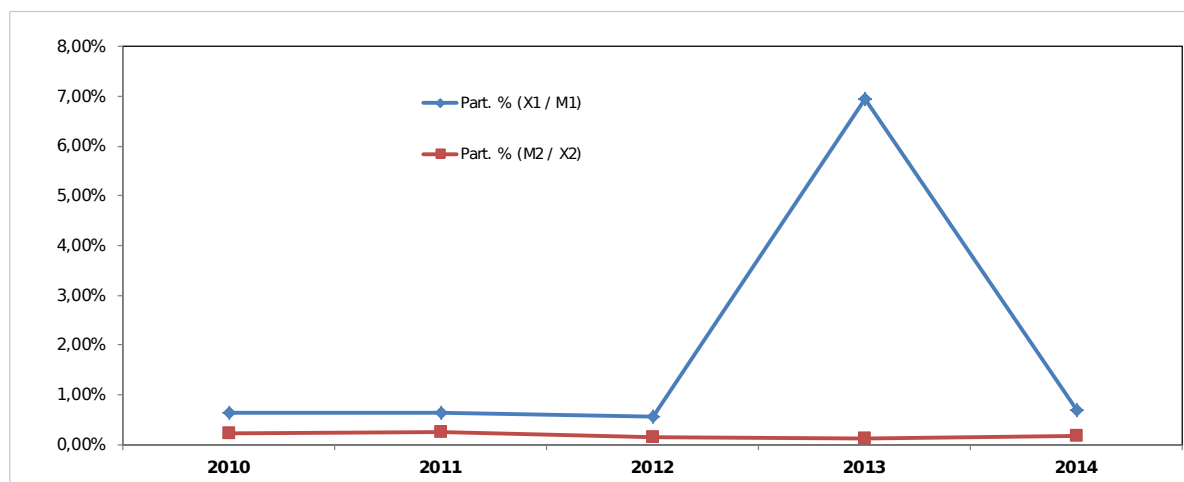
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no comércio do Panamá
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/ 2014
Exportações do Brasil para o Panamá (X1)	367	419	397	4.423	362	-1,4%
Importações totais do Panamá (M1)	56.579	64.590	69.669	63.598	52.840	-6,6%
Part. % (X1 / M1)	0,65%	0,65%	0,57%	6,95%	0,68%	5,5%
Importações do Brasil originárias do Panamá (M2)	14,86	20,48	15,98	11,55	9,40	-36,7%
Exportações totais do Panamá (X2)	6.745	8.110	11.170	10.325	5.701	-15,5%
Part. % (M2 / X2)	0,22%	0,25%	0,14%	0,11%	0,16%	-25,1%

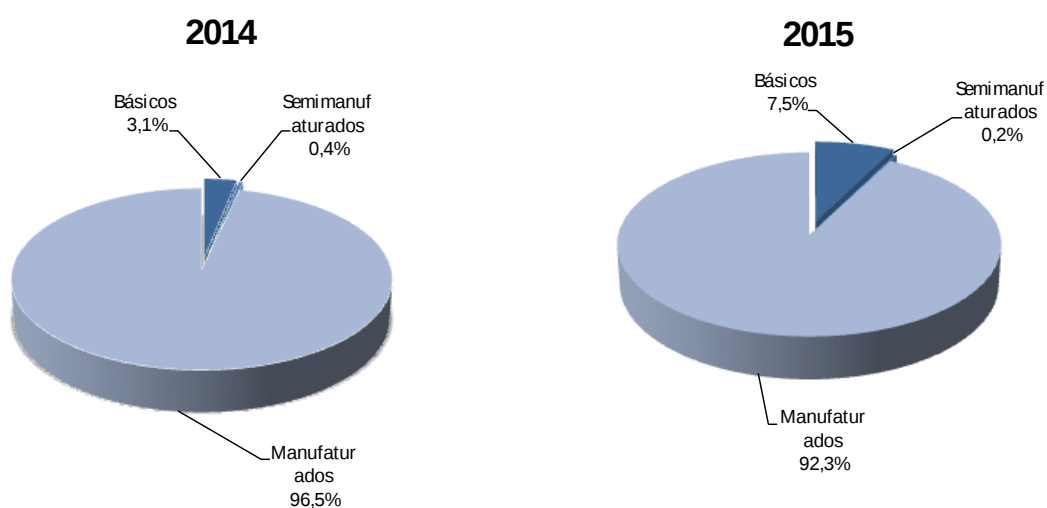
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Panamá e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



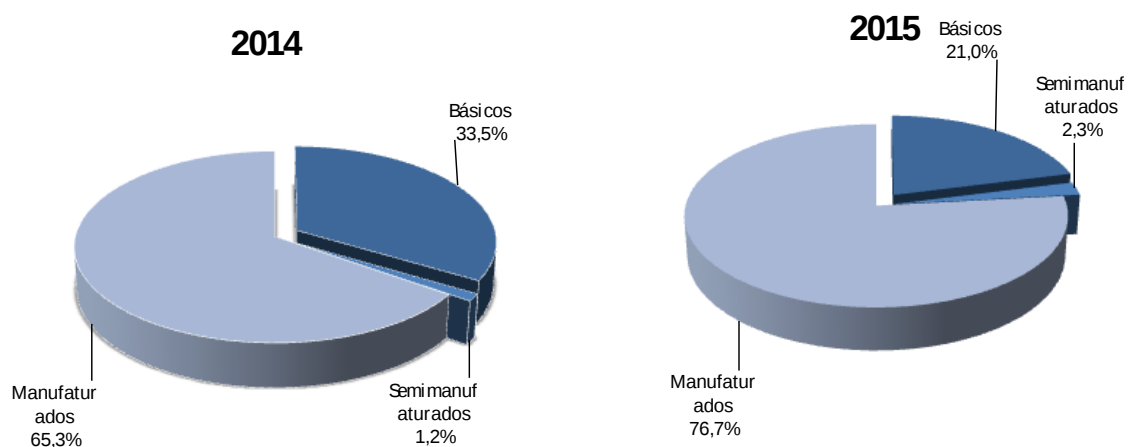
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

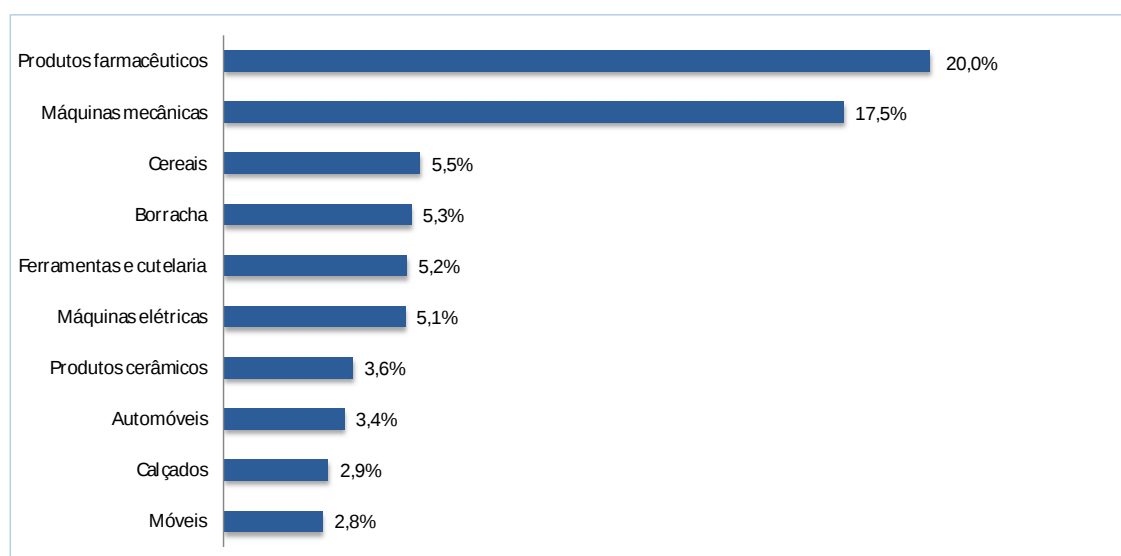
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para o Panamá
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos farmacêuticos	50,0	1,1%	60,4	16,7%	60,8	20,0%
Máquinas mecânicas	86,0	1,9%	65,5	18,1%	53,4	17,5%
Cereais	34,6	0,8%	4,7	1,3%	16,8	5,5%
Borracha	7,9	0,2%	13,3	3,7%	16,1	5,3%
Ferramentas e cutelaria	25,8	0,6%	27,0	7,4%	15,7	5,2%
Máquinas elétricas	54,7	1,2%	41,1	11,4%	15,5	5,1%
Produtos cerâmicos	7,4	0,2%	9,1	2,5%	11,0	3,6%
Automóveis	13,5	0,3%	6,9	1,9%	10,3	3,4%
Calçados	10,5	0,2%	10,6	2,9%	8,9	2,9%
Móveis	6,1	0,1%	7,9	2,2%	8,5	2,8%
Subtotal	297	6,7%	246,6	68,1%	217,1	71,2%
Outros produtos	4.127	93,3%	115,4	31,9%	87,7	28,8%
Total	4.423	100,0%	361,9	100,0%	304,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

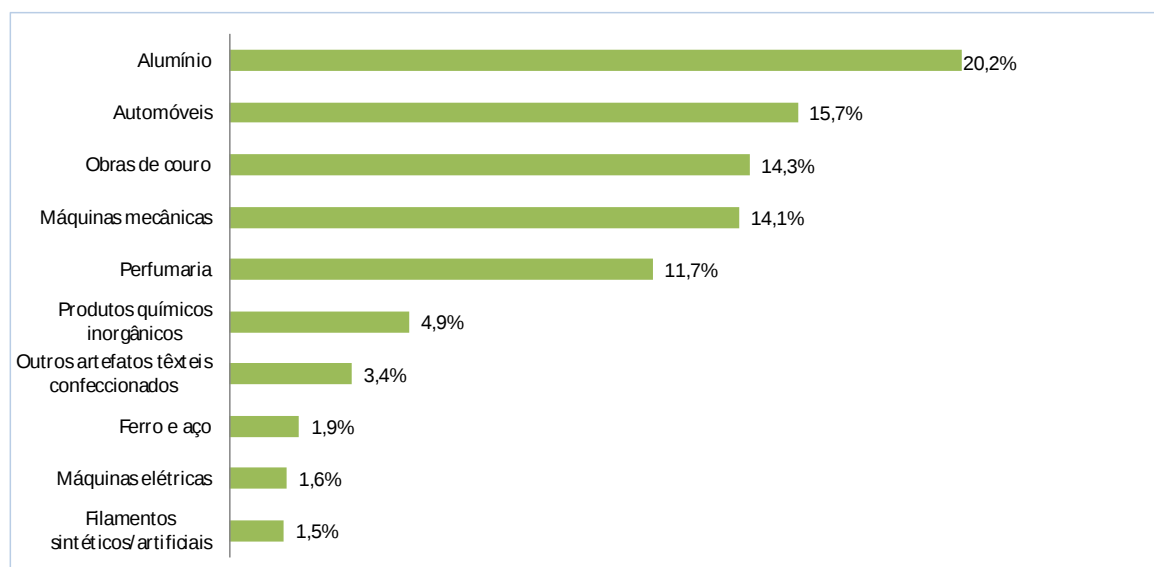


Composição das importações brasileiras originárias do Panamá
US\$ milhões

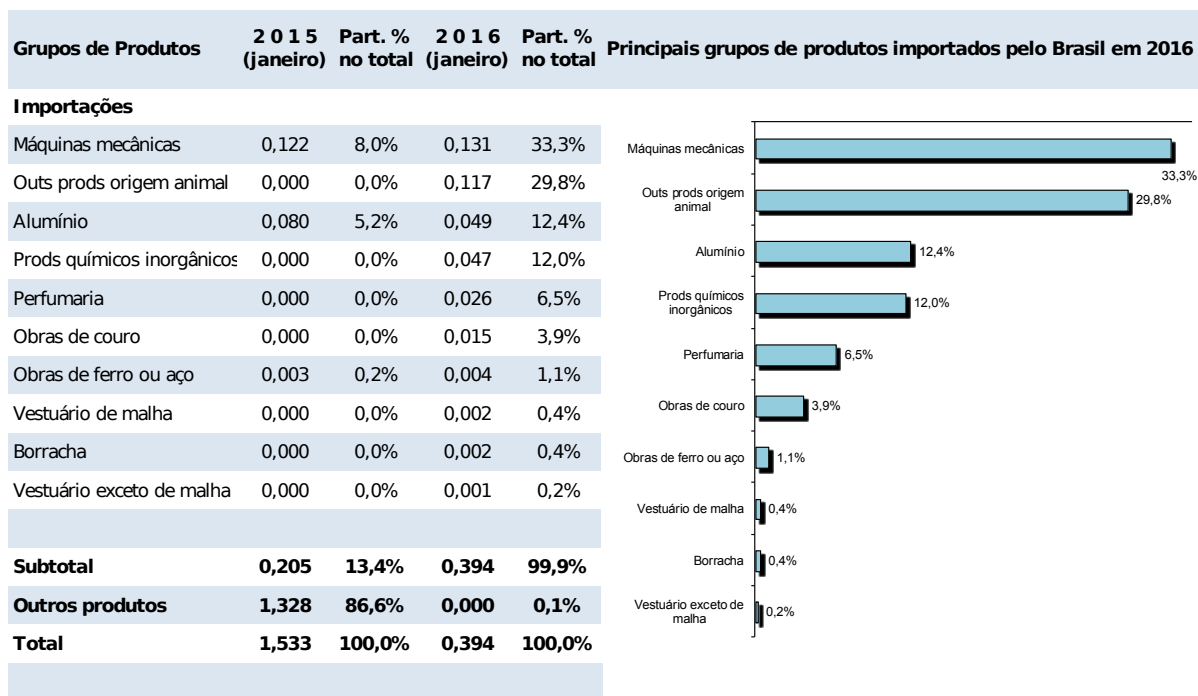
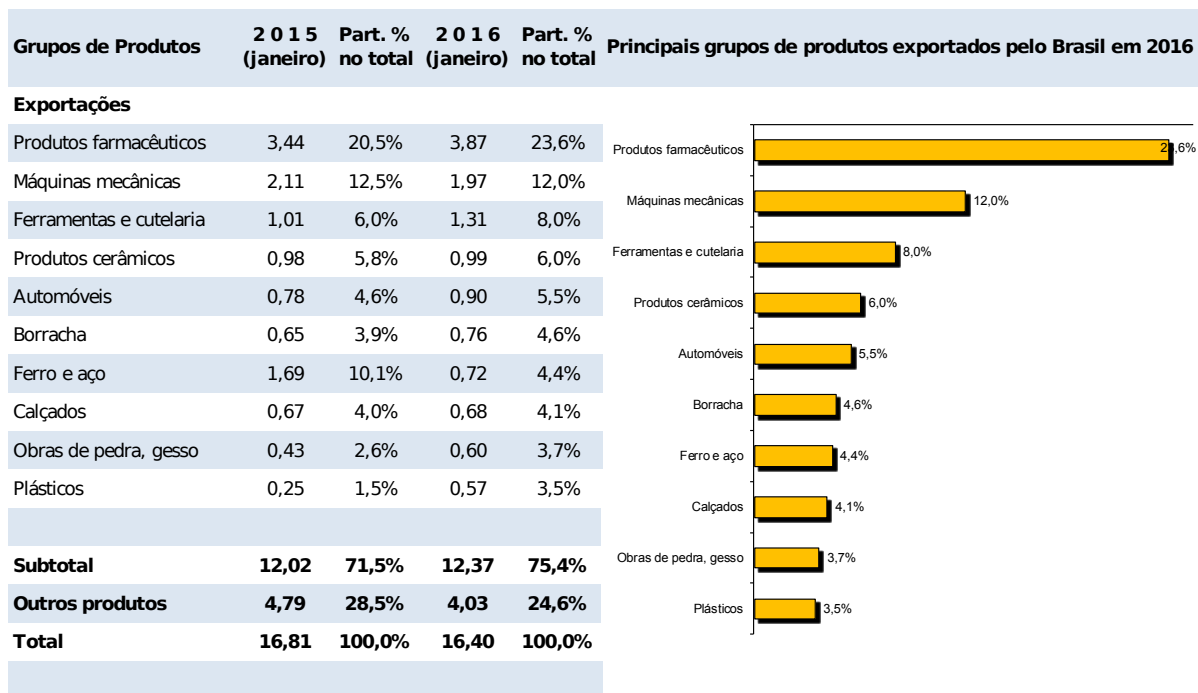
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	1,53	13,2%	2,03	21,6%	1,77	20,2%
Automóveis	0,20	1,7%	0,01	0,1%	1,37	15,7%
Obras de couro	0,24	2,0%	0,61	6,4%	1,26	14,3%
Máquinas mecânicas	1,82	15,7%	1,41	14,9%	1,23	14,1%
Perfumaria	4,06	35,1%	1,22	13,0%	1,02	11,7%
Produtos químicos inorgânicos	0,10	0,9%	0,52	5,6%	0,43	4,9%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0,10	0,9%	0,03	0,3%	0,29	3,4%
Ferro e aço	0,10	0,9%	0,07	0,8%	0,17	1,9%
Máquinas elétricas	0,39	3,4%	0,29	3,1%	0,14	1,6%
Filamentos sintéticos/artificiais	0,51	4,4%	0,27	2,9%	0,13	1,5%
Subtotal	9,04	78,3%	6,46	68,7%	7,80	89,2%
Outros produtos	2,51	21,7%	2,95	31,3%	0,95	10,8%
Total	11,55	100,0%	9,40	100,0%	8,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.